

Grupos querem consenso sobre itens polêmicos até amanhã

Da Sucursal de Brasília

O grupo interpartidário que tenta obter um consenso sobre os temas polêmicos do Congresso constituinte vai definir, até o final da tarde de amanhã, suas propostas para cinco pontos em torno dos quais não houve entendimento até agora: anistia, educação, tributação, reforma agrária e Judiciário. Os parlamentares, que se reuniram no Instituto Israel Pinheiro, pertencem aos grupos "moderado", do senador José Richa (PMDB-PR), e "do consenso", do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR).

Na reunião de ontem, que começou às 9h e terminou às 13h30, os senadores Virgílio Távora (PDS-CE) e José Richa apresentaram um gráfico comparativo entre o "Projeto Hércules" e o substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral à Comissão de Sistematização no dia 26. A conclusão foi que, dos 1.877 dispositivos do substitutivo (entre artigos, parágrafos etc.), 1.033 são exatamente iguais ao "Hércules", 277 sofreram pequenas modificações



e 491 são novos, resultado das mais de 25 mil emendas apresentadas. "São estes 491 novos dispositivos que estão provocando tanta polêmica e é por isso que o Bernardo está 'levando tanto pau'", disse Távora.

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, compareceu à reunião e disse que o substitutivo tem que ser "aprimorado" em alguns pontos. Citou a parte de política tributária, onde, segundo ele, "o substitutivo prevê um gasto da União maior do que a arrecadação que vai obter", a parte do Judiciário e a possibilidade de que tanto o Executivo quanto o Legislativo legissem sobre Imposto de Renda. Segundo Ulysses, "na Alemanha, por exemplo, é o Estado, o Executivo quem legisla sobre isso".

Ulysses afirmou ainda que a nova Constituição deve prever mecanismos de "agilização e modernização" da Justiça. "Um acidente de trânsito no Brasil gera dois ou três volumes de autos, e a solução pode durar até dez anos. Não é possível. A decisão judicial tem que ser mais rápida", disse Ulysses.

O grupo está tendo a participação do deputado Prisco Vianna (PMDB-BA) — articulador informal do presidente José Sarney no Congresso constituinte— e dos deputados

Fernando Santana (PCB-BA) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), como representantes da esquerda. A subdivisão do grupo e seus coordenadores é a seguinte: reforma agrária: deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e senador Virgílio Távora (PDS-CE); sistema tributário: deputados Konder Reis (PDS-SC) e Plínio de Arruda Sampaio; anistia: senador José Richa e José Agripino Maia (PFL-RN); Judiciário: senador Maurício Correia (PDT-DF) e deputado Nelson Jobim (PMDB-RS); educação: deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Otávio Elísio (PMDB-MG).

Para o deputado Cid Carvalho, o tema "anistia" tende a se esvaziar. Segundo ele "uma coisa tão pequena" não deve inviabilizar todo um trabalho constituinte de transição. Sobre a reforma agrária, Cid acredita que deve ser encontrado um meio-termo que não coloque a Justiça como um simples homologador de desapropriações. A sua sugestão é que, depois de decidida a desapropriação, a Justiça tenha um prazo de sessenta dias para decidir se a terra era mesmo improdutiva e não cumpria sua função social. Se neste prazo decidir o contrário, estabelecendo um valor real para a terra, o presidente da República pode voltar a pedir imissão de posse.

Reunião no Alvorada discute mudanças

Em reunião realizada no sábado, das 16h30 às 19h30, no Palácio da Alvorada, o presidente José Sarney determinou aos seus principais aliados no Congresso constituinte que trabalhem para modificar o substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O presidente quer que sejam alterados os temas tributários e econômicos e mantido o sistema presidencialista de governo, embora com os poderes do Congresso fortalecidos.

Participaram da reunião os ministros Ivan de Souza Mendes, do SNI, e Costa Couto, do Gabinete Civil, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e os deputados peemedebistas Carlos Sant'Anna (BA), Prisco Vianna (BA), Expedito Machado

(CE) e Albérico Filho (MA). Segundo o líder do governo, Carlos Sant'Anna, Sarney disse que a implantação do "sistema parlamentarista puro", nas atuais condições, "é impossível".

Na avaliação do presidente, o modelo previsto por Cabral obrigaria a estender o sistema de gabinete aos Estados, "e a consequência disto seria imprevisível", disse Carlos Sant'Anna. "Vamos partir para esta definição, em favor do presidencialismo, porque os partidos que apoiam o governo no Congresso detêm mais de 80% da representação política", explicou Sant'Anna. Ele disse que a estratégia será a imposição de algumas das emendas que já foram apresentadas em outros estágios do

trabalho constituinte, com pedidos de destaque, e com o uso da maioria de que dispõe a Aliança Democrática.

Prisco Vianna disse que não há um "substitutivo Saulo Ramos", como chegou a ser comentado. "Não é preciso. Os parlamentares que apoiam o presidente e a transição democrática são bastante experientes para mudar o que for preciso", afirmou.

O deputado Carlos Sant'Anna falou que Sarney aceitaria "um sistema de transição, em que houvesse um primeiro-ministro", sem que as atribuições de governo do presidente fossem esvaziadas. Mas Sant'Anna disse também que "a Constituinte é soberana para decidir".



Richa, José Aparecido, Ulysses e Távora (da esq. para a dir.) discutem o substitutivo no Instituto Israel Pinheiro

Bresser debate substitutivo com constituintes

A pedido do presidente José Sarney, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, reúne-se hoje às 18h, em sua casa do Lago Sul, com um grupo de parlamentares, para explicar os pontos de desacordo do governo em relação à ordem econômica e à questão tributária, da forma como estão colocadas no substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral à Comissão de Sistematização no dia 26. Antes, os deputados farão uma reunião entre si (ainda sem

local e hora definidos) para resolver quais os pontos dos quais não abrem mão.

O encontro do ministro com os parlamentares foi decidido no sábado pela manhã, entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, na reunião que mantiveram no Palácio da Alvorada. O principal problema para o governo — segundo levantamento do ministro da Fazenda — é que o texto prevê um repasse de recursos da União para Estados e

municípios sem um equivalente aumento de impostos, e sem que atribuições federais sejam transferidas para as administrações regionais.

Há também o problema da "dupla competência", que prevê que tanto o Executivo como o Legislativo podem legislar sobre matéria tributária, principalmente sobre Imposto de Renda. "Não pode. Isso não dá certo, só vai causar confusão", disse Ulysses Guimarães.

Isabel Cristina